**ECONOMIA SOLIDÁRIA E A DICOTOMIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA**

*Alysse Cândido Rodrigues Soares*

*Isabela Germano de Oliveira*

*Laura França Souza*

*Paula Mariana Ferreira do Amaral*

*Thais de Paula Rocha Marques*

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Desigualdade. Empreendedorismo. Autogestão. Belo Horizonte.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo analisar o comportamento do grupo que se intitula como economia solidária e tem parceria com a PUC Minas. Para realizar o estudo é necessário ter conhecimento prévio sobre a teoria de economia solidária, abrangendo tanto histórico quando os conceitos e características fundamentais. A partir do arcabouço teórico e dos dados disponíveis, será realizado um estudo de caso que irá retratar se o grupo antes mencionado está em concordância com a teoria.

**2 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

De acordo com Ogando e Gaiger (2009), foram as crises econômicas durante a década de 1980 que impulsionaram o surgimento da economia solidária, tendo em vista, que a mesma teria o objetivo de absorver o grupo de pessoas excluídas que apareciam por contas das desigualdades, sendo que as soluções manifestavam-se na forma de empreendedorismo coletivo. Era iniciada, por tanto, uma ruptura com o antigo modo de organização de trabalho, deixando de lado as determinações da relação de produção capitalista.

No Brasil, a “distância” entre ricos e pobres é gigantesca, o mesmo apresenta uma dicotomia, tendo em vista que um dos maiores exportadores de alimento do mundo, no entanto, tem uma grande parcela da população passando fome. (OGANDO; GAIGER, 2009).

Em linhas gerais, tanto o modelo de desenvolvimento capitalista quanto o socialista foram processos que desenvolveram a estrutura de classes dentro das nações centradas na relação contraditória entre trabalhadores, capital e Estado desenvolvimentista. Contudo, a partir da crise mundial nas décadas de 70/80, as formas de trabalho foram se reorganizando, sendo que a principal característica foi a emergência de um importante Setor Informal Urbano (SIU) que foi somado ao trabalho assalariado urbano (comprado ilegalmente pelas empresas fora do mercado de trabalho), à produção camponesa de subsistência e ao trabalho dos peões rurais e de outros trabalhadores em explorações agropecuárias (CORAGGIO, 2003). Os pequenos empreendimentos se tornaram a saída para os desempregados afetados pela crise, afinal, mesmo com a falta de experiência de produção, baixo conhecimento administrativo e até mesmo a falta de legalização, era preciso uma fonte de capital que atendesse as necessidades de consumo, e muitas vezes grande parte desses recursos vinha das mulheres devido sua experiência doméstica.

Para Coraggio (2003), o empobrecimento dos setores médios e a crescente redução do setor assalariado fizeram com que os ganhos médios reduzissem, a “taxa de mortalidade” aumentasse e o setor informal ampliasse, e esse processo, nos anos 80 e 90, foi denominado como “economia popular”. No entanto, foi apenas no ano de 1990 que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) procurou substituir seus princípios de origem para ideias pautadas no desenvolvimento da periferia, levando em consideração, portanto, o desenvolvimento humano. Foi reconhecido, ainda, o fundo de trabalho das Unidades Domésticas (UD), que abrangia o trabalho mercantil, seja por conta própria, isto é, produtor de bens e serviços para o mercado, ou assalariado; e o trabalho de reprodução propriamente dita, seja de produção de bens e serviços (para o autoconsumo ou consumo comunitário), ou de formação e capacitação.

 Essa construção de um setor econômico baseado na produção de pequenos empreendedores, que surgiram em meio à crise, pode ser alavancada por diversos incentivos políticos, como projetos que facilitam a criação de microempresas. Segundo Coraggio (2003, p. 9), “a realização dessa economia do trabalho requer que se passe da competição individualista pela sobrevivência à ação associativa em localidades complexas, a fim de melhor se resolverem as necessidades de todos democraticamente legitimadas”, mas essas características que levam ao fortalecimento industrial são mais facilmente encontradas em países desenvolvidos.

**3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS DEFINIÇÕES**

Segundo Paul Singer (2008, p. 289), a economia solidária é “um modo de produção que se caracteriza pela igualdade”, essa igualdade permite que todos os trabalhadores tenham posse dos meios de produção, além disso, ela também é caracterizada pela autogestão, ou seja, esses mesmos trabalhadores gerenciam o empreendimento, sendo assim, não há distinção de funções, todos fazem de tudo e, com isso, também são responsáveis por possíveis prejuízos. Já Ogando e Geiger (2009, p.11) definem economia solidária como sendo “o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão, é formada pelos empreendimentos econômicos solidários (EES) e suas formas de apoio.”

De acordo com Geiger (2000 apud OGANDO; GAIGER, 2009), a economia solidária deve apresentar como característica a cooperação, a autogestão, auto-sustentação, solidariedade, democracia, desenvolvimento humano, responsabilidade social, participação e igualitarismo.

 A economia solidária é diferente das demais organizações econômicas tendo em vista que o princípio de um empreendimento da economia solidária “é a gestão coletiva do empreendimento, a decisão democrática dos caminhos, a divisão do trabalho, minimizando a presença de relações assalariadas e a distribuição equitativa dos resultados, de acordo com o trabalho.” (ORGANDO; GAIGER, 2009, p. 11). Isto é, o lucro gerado não é exclusividade do detentor do capital, esse passa a ser revertido entre os trabalhadores.

Paul Singer (2008), explica que a autogestão surge em alguns casos na economia solidária como fonte de reerguer uma empresa que veio a falir, ou seja, os próprios trabalhados se unem em sociedade para retomar as atividades da empresa. Como na maioria dos casos os trabalhadores não têm grande noção de gerência, alguns administradores, que concordam com essa autogestão permanecem na cooperativa.

A economia solidária tem uma função social, pois insere as pessoas na sociedade e na produção. Propõe uma economia “que oferece ao trabalhador e ao conjunto das pessoas um ambiente de trabalho (...) mais igualitário em vez de hierárquico”. (SINGER, 2008, p. 305). Nesse contexto, algumas universidades desenvolvem projetos que apoiam os menos favorecidos no meio universitário. As incubadoras, que são projetos de extensão, realizam atividades sociais na universidade.

 Se tratando do surgimento da economia solidária, se iniciou como uma opção para o desemprego crescente, onde trabalhadores controlam e participam da gestão de meios e recursos para gerar riqueza. A sua origem no Brasil, portanto, se deu pelas condições socioeconômicas e políticas do país, com o aparecimento de um paradigma socioeconômico político e cultural que se fundamenta na solidariedade. Este por sua vez tinha o objetivo de discutir como que experiências de autogestão e associações voluntárias passaram a ser a base de estudos e pesquisas visando o desenvolvimento. (LECHAT, 2002 citado por SANTOS, 2009).

 Para Santos (2009, p. 24) no Brasil a economia solidária tem se formado dentro de um processo de organização social e econômica de trabalhadores, na criação de trabalho, renda e inclusão social, assim como no processo de desenvolvimento local a partir da formação de empreendimentos econômicos solidários e da junção de redes de cooperação. Por esses motivos os empreendimentos solidários buscam uma combinação da eficiência e da viabilidade através de atividades com base cooperativa e democrática, a fim de proporcionar uma independência de gestão com responsabilidade e característica social, sem que o foco principal seja a maximização de resultados e sim melhorar a qualidade de vida da sociedade. (GAIGER, 2000).

Em se tratando de cooperativas, há as que são de economia solidária e as de fachada. Isso acontece, pois a legislação brasileira não impõe nas cooperativas os direitos trabalhistas, por considerá-las como associações de trabalhos autônomos, sendo assim, há grande número de cooperativas de fachada no Brasil, pois não precisam cumprir com essas obrigações da legislação trabalhista, considerando, para meios legais, seus empregados como sócios, para retirar deles os benefícios trabalhistas e só pagar o salário direto, ou seja, sem encargos, diminuindo seus custos. (SINGER, 2008).

 Segundo Cunha (2002) citado por Santos (2009), o desenvolvimento efetivo da economia solidária envolve o papel do governo, sendo que este tem o objetivo democrático e de autonomia se tornando em algumas vezes necessário para a economia solidária para o recolhimento legal das instituições produtivas. O governo ainda deve buscar estimular a criação de cooperativas populares, e oferecer uma inovação profissional ou uma inserção dentro de programas de renda mínima como alternativa para as classes envolvidas. Sobretudo, no caso do Brasil, as políticas públicas de incentivo ao cooperativismo crescem a cada dia nas áreas de prestação de serviços.

3.1 Uma política em construção

Segundo Almeida (2010), quando as empresas declaram falência, em consequência da redefinição da produção, os trabalhadores tomam por si as empresas como credores de seus chefes e superiores, para que possam resolver coletivamente os gargalos que surgem nesse quadro, por esse motivo em 1994 foi criada a Anteg (Associação Nacional dos Trabalhadores de Autogestão) que segue os princípios da economia solidária na tentativa de recuperar e alavancar as suas entidades.

Assim como a Anteg diversos outros órgãos foram criados com o objetivo de fomentar as práticas das cooperativas e dos empreendimentos da economia solidária, como o Unisol Brasil (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo e as ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que ficaram responsáveis por ajudar grupos comunitários a criarem, de forma conjunta, a estágio das atividades econômicas, dando origem a outro órgão, a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho criada por universitários de diversos cursos, engenharia, marketing, direito dentre outros. (ALMEIDA, 2010).

Atualmente, conforme Almeida (2012), a Unitrabalho é parceira de mais de 90 universidades e instituições de qualificação no país. A Fundação tem um leque nacional que concretiza a prática de projetos de extensão, pesquisa e desenvolvimento em inovações e tecnologia, além das relações de trabalho que buscam promover o desenvolvimento sustentável e a autonomia dos trabalhadores inserindo-os no mercado, nos parques industriais pelo gancho dos empreendimentos econômicos solidários.

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) é o primeiro senso nacional dos empreendimentos de economia solidária. O senso foi realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em conjunto da Senaes. O objetivo do projeto era de

Identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público. (OGANDO; GAIGER, 2009, p. 12).

.

Em junho de 2003, no início do governo Lula, foi institucionalizado no Ministério do Trabalho e Emprego, um progresso muito significativo para a economia solidária. Pela Lei n 10.683 e pelo Decreto n 4.764, que instituiu a Secretaria, ficou por responsabilidade do Ministério as ações de geração de empregos, proteção ao trabalhador e implementação de políticas assistencialistas.

Com a Senaes implantada, o foco era começar o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento cujo objetivo era demonstrar a importância da economia solidária, como ela fortalece o mercado, cria novos empregos e agrega valor à distribuição da renda no país, um árduo trabalho que objetivava: fortalecer empreendimentos, caminhar junto com agências e entidades que apoiavam as ações da economia solidária, elaborar incentivos às finanças, bancos solidários, fundos, operações e serviços financeiros, intervir na regulamentação das cooperativas, incentivar ações que possibilitem maior produtividade, consumo e cadeia produtiva, desenvolver a produção de conhecimento e tecnologia, inovação e pesquisa, além de fortalecer a sociedade civil e governamental. (ALMEIDA, 2010).

Esse programa, segundo Almeida (2010) tem como público alvo os trabalhadores com risco de perder seu emprego, trabalhadores informais, os autônomos, as cooperativas, as empresas de autogestão, associações, enfim todos os órgãos, instituições e indivíduos ligados ao desenvolvimento da economia solidária.

Portanto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária começa a usar de seus instrumentos e mecanismos vinculados ao Estado para manejar incentivos ao cooperativismo e ao associativismo para manter a base aliada ao desenvolvimento, expansão e crescimento da economia solidária, para que essas políticas implantadas disseminem todos os objetivos à sociedade, trazendo ganhos e benefícios. (ALMEIDA, 2010).

3.2 Desigualdade social e a economia solidária

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000 apud OGANDO, GAIGER, 2009, p. 4) “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. Na década de 1970 aos anos 200, o país sofreu um “boom” populacional e com isso, o número de pobres, que no ano de 1977 era de 41 milhões, em 1999, já era de 53 milhões. Conjuntamente ao aumento da pobreza, havia o crescimento do desemprego, que contribuía para a desigualdade de renda. E segundo Soares (2000, p.15 apud OGANDO; GAIGER, 2009, p. 4) “apesar de os programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, terem contribuído fortemente para a redução da desigualdade, foi a desconcentração dos rendimentos do trabalho a responsável por três quartos da queda no coeficiente de Gini”.

É preciso constatar, no entanto, que o problema da desigualdade está longe de ser resolvido. O crescimento da renda *per capita* não é suficiente para corrigir as disparidades na distribuição de renda, são necessárias políticas públicas que impulsionam o crescimento econômico, só assim a desproporção na distribuição de renda poderia sofrer algum impacto. As políticas assistencialistas adotadas pelo governo proporcionam uma queda substancial no nível de desigualdade. No entanto, a queda gerada graças as medidas públicas estagnou-se nos últimos anos, tento em vista, que a aplicação das políticas somadas às correções salariais atingiram o limite. (OGANDO; GAIGER, 2009).

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000 apud OGANDO, GAIGER, 2009, p. 4) “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. Na década de 1970 aos anos 2000, o país sofreu um “boom” populacional e com isso, o número de pobres, que no ano de 1977 era de 41 milhões, em 1999, já era de 53 milhões. Conjuntamente ao aumento da pobreza, havia o crescimento do desemprego, que contribuía para a desigualdade de renda. E segundo Soares (2000, p.15 apud OGANDO; GAIGER, 2009, p. 4) “apesar de os programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, terem contribuído fortemente para a redução da desigualdade, foi a desconcentração dos rendimentos do trabalho a responsável por três quartos da queda no coeficiente de Gini”.

É preciso constatar, no entanto, que o problema da desigualdade está longe de ser resolvido. O crescimento da renda *per capita* não é suficiente para corrigir as disparidades na distribuição de renda, são necessárias políticas públicas que impulsionam o crescimento econômico, só assim a desproporção na distribuição de renda poderia sofrer algum impacto. As políticas assistencialistas adotadas pelo governo proporcionam uma queda substancial no nível de desigualdade. No entanto, a queda gerada graças as medidas públicas estagnou-se nos últimos anos, tento em vista, que a aplicação das políticas somadas às correções salariais atingiram o limite. (OGANDO; GAIGER, 2009).

**4 ESTUDO DE CASO:**

A partir dos dados referentes às respostas, dadas pelo grupo selecionado de empreendedores solidários, aos questionários que foram disponibilizados durante o período de realização da feira de economia solidária que aconteceu no início do mês de maio, inicia-se um estudo sobre o perfil desses empreendedores, analisando se os mesmos realmente se encaixam no contexto de economia solidária, previamente mencionado.

 A maior parte dos empreendedores questionados deu início aos seus empreendimentos no ano de 2005, principalmente em áreas urbanas, organizados em forma de grupo informal, sendo que as cooperativas eram o último meio considerável como forma de organização. Esses empreendedores criaram seus empreendimentos principalmente como forma de complementar a renda e, em segundo lugar, como uma alternativa frente ao desemprego.

Foi averiguado também que a maior parte dos integrantes do grupo inicia seus empreendimentos com capital e equipamentos próprios, e desde o ano passado não acessam crédito ou buscam financiamento, além de apresentarem alto de nível de escolaridade, em que quase 40% dos questionados têm ensino médio completo. A renda dos mesmos é relativamente alta, tendo em vista que a maioria ganha de 1 a 3 salários mínimos e nenhum depende apenas de seus empreendimentos para sobreviver, considerando também, que a maior parte tem casa própria. Outro ponto que necessita de atenção é o fato de que a renda do empreendimento solidário para as pessoas que participaram dos questionários é equivalente a uma parcela mínima da renda familiar.

O quadro etário dos questionados, gira em torno dos 60 e 70, em que a maioria é do sexo feminino, casados, com filhos e se consideram da raça parda/mulata e negra. Vale ressaltar que o local de origem de apoio aos empreendedores é quase insignificante ao se tratar de universidade, incubadoras, Sebrae e sistemas semelhantes e movimentos sindicais.

 O motivo que levou a maioria dos empreendedores a participar do movimento de economia solidária foi o de complementar a renda e a maioria, ainda, vê o movimento como uma forma de desenvolver-se profissionalmente. O princípio do movimento de economia solidária mais apontado pelos entrevistados foi o de solidariedade, sendo que o princípio da auto gestão foi o menos mencionado.

 A constatação que é possível fazer ao se analisar as repostas adquiridas é que os empreendedores do Movimento de Economia Solidária que não se encaixam no grupo de economia solidária.

 O princípio da economia solidária seria ... No entanto...

Segundo Souza, é necessário distinguir economia solidaria de economia informal e, de acordo com o apresentado, a maioria concentra suas atividades em economia informal e microempreendimento

5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 O presente estudo teve como objetivo averiguar se o gruopo de economia solutária participante da “Feira de Economia Solidária’ de 2016 na PUC Minas se encaixava nos moldes definidos pela teoria. Foi possível constatar que apesar da descentralização de liderança e da possibilidade de fatiar o lucro entre trabalhadores, o grupo de entrevistados não se insere em quesitos suficientes, logo não poderia se considerados como empreendedores solidários.

O elevado nível de instrução bem como o objetivo da organização e das pessoas participantes do grupo, impossibilitam o perfil do movimento desde sua estrutura, tendo em vista, que um dos princípios de desenvolvimento da economia solidária seria a inserção do empreendedor em uma faixa de menor nível de escolaridade/instrução e originado a partir da exclusão, em sua maioria pela mudança nas condições produtivas

.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Norma Valentina de. **Economia solidária em Minas Gerais:** uma análise sobre os fatores que contribuem para sua autossustentabilidade e capacidade de geração de renda. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20161/1060301\_EconomiaSolidaria-SustentabilidadeRenda.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

CORAGGIO, José Luis. **O que significa passar da economia popular à economia do trabalho?** Face, 2003. 10 p. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20161/1060295\_EconomiaPopularTrabalho-Coraggio.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

GUERRA, Cândido; PEREIRA, Fernando Batista; BERTUCCI, Jonas. Apêndice: Linhas de ação propostas para programas de microcrédito. In: GUERRA, Cândido; PEREIRA, Fernando Batista; BERTUCCI, Jonas. **A economia popular solidária em Belo Horizonte**. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20161/1060292\_EconomiaPopularSolidaria-Candido.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016. p. 69-111

OGANDO, Cláudio Barcelos; GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Economia solidária e desigualdades:** uma análise a partir do mapeamento nacional. 2009. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20161/1060297\_EconomiaSolidariaDesigualdade -LuizGaiger.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

SANTOS, Renata Faria dos. **Economia solidária e organização do trabalho:** um estudo de caso sobre as cooperativas leiteiras do noroeste fluminense. 2009. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Centro de Ciência e Tecnologia, Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20161/1060299\_EconomiaSolidariaeTrabalho.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016

SINGER, Paul. **Entrevista**: Paul Singer. (S.l.): Estudos Avançados, 2008. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20161/1060298\_EconomiaSolidaria-entrevistaPaulSinger.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.